

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.575 - SP (2018/0150237-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ATAIDE MIGUEL DE CAMPOS JUNIOR**
ADVOGADO : **JOSIAS WELLINGTON SILVEIRA E OUTRO(S) - SP293832**
AGRAVADO : **ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SEGUNDO FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Ataíde Miguel de Campos Júnior contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação do ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 35):

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PROVA. RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS.

1. Foi dada oportunidade para que o autor comprovasse a propalada pobreza, a fim de receber o benefício da gratuidade de justiça. A parte solicitou mais prazo, mas após decurso dessa prorrogação, nada juntou. Além disso, não recolheu as custas iniciais.
2. Mesmo após a sentença, nenhum documento foi juntado. Sem prova da pobreza, não cabe concessão do benefício da gratuidade. E, sem esse benefício, cumpria ao autor recolher as custas iniciais. Sua desídia impede reforma da sentença.
3. Não bastasse esse fato, no âmbito do novo CPC, não cabe mais pedido de exibição antecedente de documentos. A inicial não reúne requisitos básicos relativos à pretensão apresentada.
4. Recurso não provido.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação ao art. 99, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

Mencionou que a alegação de hipossuficiência presumir-se-ia verdadeira.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou que teria juntado cópia de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual comprovaria a sua hipossuficiência.

Afirmou que o magistrado não teria apontado a falta de pressupostos legais para o deferimento da gratuidade de justiça, estando sem fundamentação a decisão que determinou a abertura de prazo para a comprovação de sua situação econômica.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

A respeito da questão jurídica objeto da controvérsia, observa-se que o Colegiado estadual entendeu acertada a decisão do juízo de primeira instância de extinguir o feito, tanto porque a parte não teria juntado nenhum documento comprovando a sua hipossuficiência, a despeito da concessão de prazo para tal providência, quanto porque seria inadequado o pedido formulado na inicial, o que evidenciaria a falta de interesse de agir.

A propósito, confira-se o seguinte excerto do acórdão recorrido que versa sobre o tema (e-STJ, fls. 35-36):

O autor, já sob a égide do Código de Processo Civil atual, requereu exibição de documentos, aduzindo ter sido surpreendido por inscrição desabonadora, decorrente de débito que não reconheceria.

Juntou pedido administrativo às fls. 12.

Embora tenha requerido assistência judiciária, não teria comprovado a necessidade do benefício. Bem por isso, o juízo determinou que o autor juntasse cópia de suas três últimas declarações de renda, bem como comprovante de rendimento mensal ou, querendo, o recolhimento da taxa judiciária (fls. 15).

Diante do prazo considerado exíguo (48 horas), o autor requereu sobrestamento do feito por trinta dias (fls. 17).

Após esse prazo, o autor ainda não teria juntado nenhum documento. E, apesar de ter sido alertado da necessidade da prova da pobreza e advertido de que sua falta acarretaria dever de recolhimento das custas iniciais, optou pela total inércia. Daí porque o feito foi extinto.

Mesmo em sede de recurso, nenhum documento foi juntado, não cabendo, portanto concessão do benefício solicitado.

Preclusa a determinação de juntada de provas da propalada pobreza, não cabe concessão de outra oportunidade. Cumpria ao autor, se buscava reformar a sentença, juntar algum documento que pudesse justificar sua pretensão.

Não bastasse isso, era inadequado o pedido formulado na inicial, não gozando o autor de interesse de agir.

Superior Tribunal de Justiça

No âmbito do Código de Processo Civil anterior, existia a possibilidade de se requerer a exibição de documentos por meio de medida cautelar. Essa cautelar continha cunho satisfativo, decorrendo essa característica da necessidade prática de sua existência, tendo em vista o ordenamento jurídico e a realidade fática do país.

A cautelar do novo CPC não tem natureza satisfativa. Ela tem por objetivo assegurar a efetividade de um outro provimento a ser produzido. Busca-se, por meio da cautelar, garantir que, quando o provimento vier a ser prolatado, existam as condições necessárias para tanto.

O novo CPC traz a possibilidade de exibição de documento ou coisa nos arts. 396 e seguintes. Essa previsão, no entanto, diz respeito à exibição incidental, ou seja, no curso de alguma ação. Tanto que há previsão de presunção de veracidade dos fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar (art. 400).

Nas razões do apelo especial, entretanto, o recorrente não se insurgiu especificamente contra o segundo fundamento, referente à falta de interesse de agir, o que enseja a aplicação, por analogia, do óbice previsto no enunciado n. 283 da Súmula do STF, consoante o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Sobre o tema, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. APTIDÃO FÍSICA. ELIMINAÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. AUSÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. REANÁLISE DA CONCLUSÃO A QUE CHEGOU A CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. Inviável o recurso especial que deixa de impugnar os fundamentos autônomos do acórdão. O vício na fundamentação do recurso permite a

aplicação da Súmula 283 do STF.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 817.323/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 29/09/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

